

Governo se voltará à dívida social

ROBERTO HERNÁNDEZ
Da Ansa

Cidade do México — Superada as árduas discussões com os bancos internacionais, que afinal "entenderam as necessidades dos novos tempos e adotaram uma atitude construtiva", o governo de Carlos Salinas de Gortari enfrentará agora o problema da dívida social, que teve um impacto devastador pelo pagamento de 83 bilhões de dólares nos últimos seis anos pelo serviço de sua dívida externa.

Nesse período — de acordo com cifras oficiais e estimativas da Cepal (Comissão Econômica Para a América Latina) — o país fez uma transferência líquida de recursos para o exterior de 48 bilhões e 700 milhões de dólares (a média de oito bilhões 120 milhões de dólares

anuais aos credores, cifra quatro vezes maior que o prejuízo ocasionado pelos terremotos de setembro de 1985), o que causou graves estragos à economia do país.

De acordo com os estudiosos do assunto, alguns dos impactos mais importantes ocasionados pelo pagamento do serviço da dívida externa nos últimos seis anos se refletem numa queda de 10 por cento do produto per capita e uma redução de 32 por cento nos investimentos (deixou-se de investir a média de nove bilhões de dólares anuais e deixou-se de criar mais de 150 mil postos de trabalho por ano).

Como se isto não bastasse, 50 por cento dos jovens que buscaram trabalho não conseguiram colocação, o salário real caiu em 50 por cento, reduziu-se o nível de alimen-

tação e deixou mais de 50 por cento da população à beira da desnutrição, além de terem aumentado em 61 por cento as doenças transmissíveis, com acentuada queda no atendimento sanitário.

Segundo pesquisadores acadêmicos, houve também nestes últimos seis anos um considerável aumento do déficit habitacional, fazendo com que 45 por cento da população habitem em condições inadequadas, pelo confinamento e a falta de serviços.

Registrou-se também evasão escolar, consequência da necessidade de as crianças começarem a trabalhar e, com isto, abandonar os estudos antes de terminar o primeiro grau, havendo aumento considerável da criminalidade e da violência em geral, como resultado da falta de emprego e a ausência de expectativas de trabalho, o que ocasionou (sempre na opinião de pesquisadores) uma geração de "forte ressentimento social".

A destruição do aparato produtivo nacional foi gerada pela recessão mais longa e profunda da história moderna do país (iniciada um ano antes de terminar o governo do presidente Miguel de La Madrid, em dezembro de 1987) devido à pesada carga que representa o pagamento do serviço da dívida externa.

Segundo analistas financeiros, o período recessivo se prolongará enquanto não se conseguir a confiança dos investidores, mediante programas econômicos de longo alcance que substitua o programa antiinflacionário de emergência que agora não passa de provisório. De acordo com cifras não oficiais, com os recursos que o país destinou ao pagamento da dívida nos últimos seis anos poderiam ter sido pagos 5,8 milhões de salários mínimos por ano, teriam sido construídos 3,7 milhões de casas anualmente ou poderiam ter sido criadas nove mil plantas industriais de porte médio, com um custo anual de 10 bilhões de dólares.

A Cepal assinala que a renda per capita no México se encontra em nível igual ao dos anos 60, o investimento per capita caiu em 40 por cento, enquanto que nos últimos seis anos se somaram à população economicamente ativa cinco milhões de pessoas, quando existe um virtual estancamento no mercado de trabalho.

Com este panorama e depois do acordo que o México conseguiu com os bancos internacionais (o que permitirá ao país se beneficiar de uma redução de 35 por cento — cerca de 20 bilhões de dólares), o presidente Carlos Salinas disse que "não veremos resultados espetaculares do dia para a noite", embora tenha acrescentado que o México "caminha para um novo futuro".